

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.848.881 - SP (2019/0342451-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**RECORRENTE** : RAQUEL APARECIDA MARTINS  
**ADVOGADO** : RAQUEL APARECIDA MARTINS (EM CAUSA PRÓPRIA) -  
SP207336  
**RECORRIDO** : UBIRAJARA FRANCISCO MACIEL  
**ADVOGADO** : CLAUDETE DA SILVA GOMES - SP271707

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. PRAZO RECURSAL. SENTENÇA PUBLICADA EM AUDIÊNCIA. TERMO A *QUO*. DATA DA LEITURA DA DECISÃO. PRECEDENTES. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO.

**DECISÃO**

UBIRAJARA FRANCISCO MACIEL (UBIRAJARA) ajuizou ação de prestação de contas cumulada com indenização por danos morais e materiais contra RAQUEL APARECIDA MARTINS (RAQUEL), cujos pedidos foram julgados parcialmente procedentes para condená-la ao pagamento, em favor do autor, da importância de RS 7.485,83 (sete mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais e oitenta e três centavos), a título de indenização por dano material, com correção monetária pela tabela prática do TJ/SP, a contar da data da expedição do respectivo alvará, e juros de mora, de 1% (um por cento) ao mês, a partir da citação, além de julgar improcedente a pretensão deduzida em sede de reconvenção ao fundamento de ausência de qualquer circunstância concreta capaz de justificar o pleito da reconvida, tendo sido proferida a sentença no curso da audiência de instrução e julgamento, da qual esteve ausente a parte ré (e-STJ, fls. 67/70).

Irresignada, RAQUEL interpôs apelação, que não foi conhecida pelo Tribunal bandeirante em acórdão assim ementado:

*APELAÇÃO. INTEMPESTIVIDADE. Sentença proferida em audiência de instrução e julgamento para a qual as partes foram devidamente intimadas. Não comparecimento da ré e de seu patrono. Prazo para interposição de recurso que se inicia da data da audiência, independentemente do comparecimento das partes. Inteligência do artigo 1.003, §1º, do CPC. Recurso não conhecido. (e-STJ, fl. 105)*

Inconformada, RAQUEL interpôs recurso especial, com fundamento no

art. 105, *a*, da CF, indicando afronta ao art. 224, § 3º, do NCPC, sob o argumento de que o prazo para interpor apelação seria de 15 (quinze) dias da ciência da publicação da sentença, não se podendo considerar como tal a data da audiência, inclusive porque não pôde a ela comparecer por motivos pessoais e porque sabia ser infrutífera a tentativa de conciliação entre as partes, tendo juntado documentos e apresentado defesa tempestivamente.

Em juízo de admissibilidade, a Presidência da Seção de Direito Privado do Tribunal bandeirante admitiu o apelo nobre (e-STJ, fls. 130/131).

É o relatório.

DECIDO.

O inconformismo não merece prosperar.

De plano, vale pontuar que o presente recurso especial foi interposto contra acórdão publicado na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC*.

O acórdão recorrido encontra-se em harmonia com a orientação constante de precedentes deste egrégio Tribunal Superior no sentido de que o termo inicial do prazo para interpor recurso contra a sentença proferida em audiência, independentemente da presença ou não do sucumbente, consiste na data da leitura da decisão:

*AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. SENTENÇA PROFERIDA EM AUDIÊNCIA. PARTES INTIMADAS. PRAZO PARA RECURSO. LEITURA. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO.*

*1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).*

*2. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça firmou-se no sentido de que o prazo recursal das sentenças proferidas em audiência começa a correr da leitura da decisão, mesmo que uma das partes, devidamente intimada para o ato, não compareça.*

*3. A mera afirmação da parte quanto à existência da divergência não é suficiente para comprovar o dissídio jurisprudencial, não bastando para tanto a simples transcrição de ementas dos paradigmas, deixando de proceder ao necessário cotejo analítico entre os acórdãos impugnado e paradigma e de demonstrar a similitude fática*

*entre as decisões confrontadas.*

*4. Agravo interno não provido.*

(AgInt no AREsp 1282116/MS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, j. 19/11/2018, DJe 21/11/2018)

*PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DE APELAÇÃO. SENTENÇA EM AUDIÊNCIA. INTIMAÇÃO PARA O ATO. AUSÊNCIA DE UMA DAS PARTES. IRRELEVANTE.*

*1. O prazo para recurso das sentenças proferidas em audiência começa a correr da leitura da decisão, mesmo que uma das partes não compareça, desde que devidamente intimada para este ato.*

*2. Agravo regimental a que se nega provimento.*

(AgRg no Ag 1343275/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Quarta Turma, j. 01/12/2015, DJe 07/12/2015)

Nessas condições, **NEGO PROVIMENTO** ao recurso especial.

**MAJORO** os honorários advocatícios anteriormente fixados em favor de UBIRAJARA em 5%, limitados a 20% sobre o valor da condenação, nos termos do art. 85, § 11, do NCPC.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO, Relator